

PRIMEIRO ADITAMENTO À
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS DA TERCEIRA EMISSÃO DE
MRS LOGÍSTICA S.A.

MRS LOGÍSTICA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 228, sala 1201 E, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.417.222/0001-77, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeada nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

resolvem aditar a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão de MRS Logística S.A." que, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão de MRS Logística S.A." ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com os seguintes termos e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 24 de agosto de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 2 de setembro de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" em 14 de setembro de 2004; (ii) da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 24 de agosto de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 2 de setembro de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" em 14 de setembro de 2004 ("AGE"); e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 6 de outubro de 2004, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário

SAP

X



Mercantil" ("RCA"); pelas quais foram aprovadas (a) a realização de um programa de distribuição de debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, no valor de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Programa de Distribuição"); e (b) a 3ª (terceira) emissão de debêntures pela Emissora, sendo a 1ª (primeira) amparada no Programa de Distribuição, conforme a seguir descrita.

- 1.2 A AGE autorizou o conselho de administração a (i) tendo em vista sua competência por força do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deliberar ou alterar, se necessário, as matérias de que trata o artigo 59 da Lei n.º 6.404/76 com relação à emissão das Debêntures, observadas as disposições legais e as características de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas; (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Emissora.

II DOS REQUISITOS

2. A emissão e distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação da ata da RCA.* A ata da RCA deverá ter sido arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil";
 - II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;
 - III. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP");

- IV. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").

III

DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social (i) a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga; (ii) a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de condomínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; (iii) a exploração de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário; (iv) atuação, na forma da lei, como operador portuário, executando serviços e operações de movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário; (v) participação em projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das áreas de influência, visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos; (vi) execução de todas as atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores; e (vii) exercício de outras atividades que utilizem como base a infra-estrutura da Emissora.

IV

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4. O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora e o saldo, se houver, permanecerá no caixa da Emissora, como reforço de caixa, de forma a contribuir para o desenvolvimento das suas atividades rotineiras.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 5.3 *Quantidade.* Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.
- 5.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.
- 5.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie sem preferência (quirografárias).
- 5.8.1 *Limite de emissão.* A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que, na Data de Emissão, (i) o limite de emissão, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor contábil do ativo da Emissora (R\$1.039.088.621,73 (um bilhão, trinta e nove milhões, oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e três centavos)), diminuído do montante das suas dívidas garantidas por direitos reais (R\$391.821.679,71 (trezentos e noventa e um milhões, oitocentos e vinte e

um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos)), é R\$647.266.942,02 (seiscentos e quarenta e sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e dois centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada às debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$391.821.679,71 (trezentos e noventa e um milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), totaliza R\$541.821.679,71 (quinhentos e quarenta e um milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos).

- 5.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2004 ("Data de Emissão").

Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2008 ("Data de Vencimento").

Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 5.17.1 abaixo, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das Debêntures.

Prazo de subscrição. Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.

Forma de subscrição e de integralização. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e do SDT. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.

- 5.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição").
- 5.15 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 5.17 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI –

Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido nos termos da Cláusula 5.17.1 abaixo ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração").

5.17.1 *Coletas de intenções de investimento* (bookbuilding). Para definição da Remuneração, foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo coordenador líder da emissão ("Coordenador Líder") por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, a qual foi ratificada pelo conselho de administração da Emissora.

5.17.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração*. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2005 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.

5.17.3 *Fórmula para cálculo da Remuneração*. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração, a ser paga na data do seu pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produto dos "i" termos "FI" referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com "i" variando de 1 (um) até "f";

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

FI_i = fatores de remuneração, verificados nos "f" dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) calculados com 8 (oito) casas decimais com arredondamento e obtidos a partir da seguinte fórmula:



$$FI = \left[\left(\frac{TaxaDI}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

$TaxaDI$ = Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " dj " um número inteiro; e

S = fator de Sobretaxa, calculado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[\left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right], \text{ onde:}$$

Sobretaxa informada com 2 (duas) casas decimais, definida e prevista na Cláusula 5.17.1 acima; e

número de dias úteis do Período de Capitalização, sendo " du " um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade.

5.17.4 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.5 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.17.5 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembleia geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do

novo parâmetro de remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Emissora. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembléia geral de debenturistas mencionada nesta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembléia geral de debenturistas, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

Repactuação. Não haverá repactuação.

Resgate antecipado facultativo. A partir de 1º de setembro de 2006 (inclusive) e desde que a Emissora publique aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de resgate, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de prêmio de resgate antecipado no valor de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal acrescido da Remuneração, conforme mencionado acima. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis. Para as debêntures registradas na CETIP, o resultado do sorteio, realizado na presença do Agente Fiduciário, dar-se-á através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do SND, no mercado secundário.

Aquisição facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou

ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

Encargos moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

Decadência dos direitos aos acréscimos. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

- 5.23 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.23.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.24 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.

o

501

X



Publicidade. Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil", e por meio do *site* da Emissora (www.mrs.com.br) na *Internet*, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.

Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

para a Emissora:

MRS Logística S.A.
Praia de Botafogo 228, sala 1201 E
22250-906 Rio de Janeiro, RJ
At.: Eduardo P.J. Cassinelli
Superintendente Financeiro
Telefone: (21) 2559 4600
Fac-símile: (21) 2552 2635
Correio Eletrônico: edu@mrs.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. das Américas 500, Bl. 13, Grupo 205
22640-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Juarez Dias Costa – Diretor
Telefone: (21) 2493 7003
Fac-símile: (21) 2493 4746/4901
Correio Eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br



III. para a Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 Osasco, SP
At.: Departamento de Ações e Custódia
Telefone: (11) 3684 4522
Fac-símile: (11) 3684 5645
Correio Eletrônico: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

IV. para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Rua Líbero Badaró 425, 24º andar
01009-000 São Paulo, SP
At.: Área de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111 1596
Fac-símile: (11) 3111 1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

V. para a CBLC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC
Rua XV de Novembro 275, 5º andar
01013-001 São Paulo, SP
At.: Gerência de Acompanhamento de Empresas
Telefone: (11) 3233 2222
Fac-símile: (11) 3233 2061
Correio Eletrônico: gac@bovespa.com.br

- 5.27 *Instituição depositária e banco mandatário.* O Banco Bradesco S.A. será a instituição prestadora de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária").

VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 Observado o disposto nas Cláusulas abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.1.3 abaixo), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:



- I. (a) pedido de auto-falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; ou (c) pedido de concordata formulado pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementará a atual legislação sobre falências e concordatas);
- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas condições expressamente mencionadas nesta Escritura de Emissão e em eventuais alterações posteriores, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
- III. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta Cláusula ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos desta Cláusula;
- IV. perda da concessão outorgada à Emissora para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga nos termos do Contrato de Concessão firmado em 28 de novembro de 1996 ("Contrato de Concessão");
- V. alteração no acordo de acionistas da Emissora em vigor na Data de Emissão ("Acordo de Acionistas"), de forma que Companhia Vale do Rio Doce (diretamente ou por meio de suas controladas) e/ou Companhia Siderúrgica Nacional e/ou Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas deixem de deter, individualmente, ações vinculadas ao Acordo de Acionistas equivalentes a, (a) no mínimo, 17% (dezessete por cento) do total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas e (b) no máximo, 50% (cinquenta) por cento do total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, ressalvado que este inciso não será aplicável se a ocorrência do aqui disposto resultar de qualquer uma das operações previstas no inciso VI abaixo, desde que a Emissora tenha cumprido com os requisitos ali previstos;
- VI. fusão, incorporação ou cisão da Emissora salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em

circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembleias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

- VII. ocorrência de quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo, se for o caso, a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (sendo certo que qualquer das operações abaixo entre a Emissora e qualquer controlada não será considerada para os fins deste inciso): (a) fusão (aplicável apenas às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (b) incorporação (aplicável apenas à Emissora quando esta for a incorporadora e às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (c) cisão (aplicável apenas às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (d) aquisição de todos os ativos de outra sociedade ou de parcela substancial dos mesmos; (e) aquisição de participação no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária; (f) venda ou transferência de todos os ativos ou de parcela substancial dos mesmos; (g) alteração na condução dos negócios ou de parcela substancial dos mesmos, como vêm sendo atualmente conduzidos; ou (h) qualquer outro ato ou operação que tenha como resultado o mesmo de qualquer uma das operações acima; desde que, em qualquer dos casos deste inciso, resulte, a qualquer tempo, (i) no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) das Debêntures atribuída inicialmente à emissão além de 2 (dois) níveis de classificação (*notches*) e/ou a Emissora ou a empresa resultante dos atos acima, conforme o caso, tenha classificação de risco (*rating*) corporativo inferior a A- em escala nacional, conforme determinado pela agência de classificação de risco Standard & Poor's; e/ou (ii) no desenquadramento dos Índices e Limites Financeiros (conforme definido abaixo);
- VIII. venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data

de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu contravalor em outras moedas, sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou à controlada, conforme o caso, dos recursos líquidos da venda, cessão ou transferência no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, e quaisquer coligadas da Emissora;

- IX. (a) celebração, pela Emissora, na qualidade de mutuante, de contratos de empréstimo em dinheiro, ou qualquer forma de repasse ou empréstimo, pela Emissora, de recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, (i) a qualquer coligada da Emissora; ou (ii) a qualquer acionista, direto ou indireto, da Emissora; ou (iii) a qualquer terceiro se a operação for igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas; ou (b) permissão, pela Emissora, que qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora celebre, na qualidade de mutuante, contratos de empréstimo em dinheiro, ou de qualquer forma repasse ou empreste recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, subscrições de títulos ou valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, a qualquer entidade, pessoa física ou pessoa jurídica que não seja a Emissora ou uma controlada da Emissora;
- X. criação ou permissão da existência, pela Emissora, de qualquer Garantia (conforme definido abaixo) outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de empreendimento ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito, incluindo quotas ou ações, e não integralizado), destinada a garantir suas Dívidas (conforme definido abaixo), qualquer de suas Obrigações (conforme definido abaixo) ou Dívidas ou Obrigações de outra Pessoa (conforme definido abaixo), sem que, na mesma ocasião, garanta as Debêntures de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou ofereça outra garantia que seja considerada pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, igualmente vantajosa aos debenturistas, conforme aprovado pelos debenturistas reunidos em assembléia, mas desde que a Garantia não recaia sobre bens do ativo circulante da Emissora de valor contábil superior ao equivalente a 5% (cinco por cento) do EBITDA Consolidado (conforme definido abaixo) dos últimos 4 (quatro)



trimestres, conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão;

- XI. falta de enquadramento da Emissora, ao final de cada trimestre de seu exercício social em que existirem Debêntures em circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Emissora preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 abaixo ("Índices e Limites Financeiros"):
- (a) limite máximo de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes para o Índice e Limite Financeiro correspondente à divisão da Dívida Líquida Consolidada (conforme definido abaixo) pelo EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres;
 - (b) limite mínimo de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes para o Índice e Limite Financeiro correspondente à divisão do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres pela Despesa Financeira Líquida Consolidada (conforme definido abaixo) do mesmo período, sendo permitido à Emissora o desenquadramento do Índice e Limite Financeiro a que se refere esta alínea por, no máximo, 4 (quatro) trimestres, consecutivos ou não, tornando-se obrigatório o reenquadramento após o último dos 4 (quatro) trimestres acima permitidos;
- XII. realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social, salvo quando autorizadas pelo Poder Concedente (conforme definido no Contrato de Concessão), pela Rede Ferroviária Federal S.A. ou por sua sucessora, e desde que não comprometa ou possa comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- celebração, permissão que sejam renovados ou renovação, pela Emissora, de acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas; cujos termos sejam de qualquer forma contraditórios ou inconsistentes com os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- as declarações previstas na Cláusula 10.1 abaixo provarem-se inverídicas ou incorretas em qualquer aspecto relevante;
- XV. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de

reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas;

protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

XVII. condenação da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado em qualquer período de 12 (doze) meses, ao pagamento de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres, para pagamento em prazo não superior a 1 (um) ano, excluindo depósitos judiciais que tenham sido realizados até a Data de Emissão;

XVIII. ocorrência de mudança na condição financeira ou nas perspectivas dos negócios da Emissora, resultante de mudanças regulatórias, decisões de investimento da Emissora ou alterações nas condições contratuais junto aos clientes da Emissora, que afete, de maneira significativa e adversa, a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

mudança do objeto social da Emissora na qual acionistas exerçam seu direito de recesso; e

XX. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário.

Para os fins desta Cláusula 6.1, entende-se por:

"Dívida": qualquer obrigação, presente ou futura, real ou contingente, de pagar ou reembolsar quantia tomada em empréstimo, incluindo por meio de aceite ou arrendamento mercantil. A Dívida em moeda estrangeira deve ser convertida em reais para que se possa determinar o valor da Dívida em aberto, utilizando-se para tanto a taxa de venda de câmbio publicada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) vigente no dia útil imediatamente anterior à data do cálculo.



"Dívida Líquida Consolidada": soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas, menos o saldo em caixa, saldo de aplicações e receitas financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.

"Despesa Financeira Líquida Consolidada": juros acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos com instituições financeiras e organismos multilaterais de crédito, inclusive operações de *hedge*, da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas, menos as receitas financeiras, incluindo juros acruados e variações monetárias e cambiais obtidas em aplicações financeiras.

"EBITDA Consolidado": lucro operacional antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação ou direito de garantia equivalente, incluindo alienação fiduciária, criado ou existente de acordo com a legislação aplicável.

"Garantias Permitidas":

- (i) Garantia existente na Data de Emissão;

Garantia que recaia sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas (a) para assegurar o pagamento de Dívidas incorridas e/ou a incorrer exclusivamente com o propósito de possibilitar o financiamento da aquisição, construção ou instalação de tais bens, desde que constituída em até 90 (noventa) dias contados da data de finalização de tal aquisição, construção ou instalação; ou (b) existentes sobre tais propriedades, ativos (inclusive sobre ações) ou receitas na data de sua aquisição;

Garantia existente sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas de empresas que venham a ser incorporadas pela Emissora;

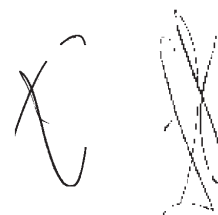
qualquer prorrogação, renovação ou substituição, total ou parcial, de quaisquer das Garantias descritas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, desde que (a) a referida prorrogação, renovação ou substituição seja limitada ao bem objeto da Garantia sendo prorrogada, renovada ou substituída; e (b) o principal da Dívida garantida não seja aumentado; e

- (v) qualquer Garantia para assegurar cumprimento de decisões judiciais ou questionamentos judiciais fiscais, tributárias, ambientais, trabalhistas, cíveis e outras, limitadas a qualquer tempo a um valor global de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

"Obrigações": qualquer obrigação de uma Pessoa de pagar Dívida de outra incluindo (i) obrigação de pagar ou assumir tal Dívida; (ii) obrigação de conceder um empréstimo ou adquirir ou subscrever ações ou valores mobiliários, de adquirir ativos ou serviços de modo a gerar fundos para o pagamento de tal Dívida; (iii) uma indenização decorrente de inadimplência no pagamento de tal Dívida; ou (iv) qualquer acordo que estipule a responsabilidade dessa Pessoa pelo pagamento de tal Dívida.

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

- 6.1.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II, IV e VI da Cláusula 6.1 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 6.1.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.1.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.1.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros



valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

VII
DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I fornecer ao Agente Fiduciário:

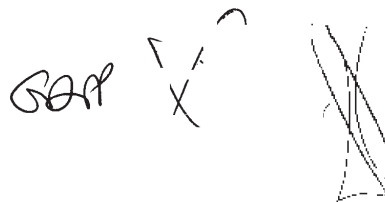
- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras, auditadas e, se for o caso, consolidadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, e, se for o caso, consolidadas, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros;

as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembléias gerais, reuniões do conselho de administração e reuniões do conselho fiscal que envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não

previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (e) informações sobre alterações de titularidade de ações dos acionistas signatários do Acordo de Acionistas, de emissão da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do relatório enviado pela instituição depositária das ações da Emissora;
 - (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições (i) desta Escritura de Emissão imediatamente; e (ii) de quaisquer contratos relevantes às suas atividades de que a Emissora seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento, respeitadas as normas e regulamentos da CVM sobre divulgação de fato relevante; e
 - (g) qualquer informação de domínio público que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação;
- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- III. manter e fazer com que suas controladas mantenham, todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seu objeto social, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- IV. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental e quaisquer outras obrigações impostas por lei, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- V. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;



- VI. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observando as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VII. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- VIII. manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- IX. manter sua programação financeira devidamente adequada, de forma a atender, integral e tempestivamente, todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- X. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix);
- XI. contratar, para o início da distribuição pública das Debêntures, e manter atualizada, pelo menos anualmente, às suas expensas, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida às Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;
- XII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.7 abaixo;
- notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de debenturistas pela Emissora;
- comparecer às assembléias de debenturistas sempre que solicitada; e



- XV. sempre que qualquer das operações previstas no inciso VII da Cláusula 6.1 acima forem realizadas, (a) informar o Agente Fiduciário, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da realização da respectiva operação; (b) contratar a agência de classificação de risco ali referida (ou qualquer outra de renome) para realizar revisão da classificação de risco das Debêntures e da Emissora ou da empresa resultante, devendo os respectivos relatórios de classificação de risco ser enviados ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva operação; e (c) efetuar o cálculo dos Índices e Limites Financeiros, entregando ao Agente Fiduciário cópia de suas últimas demonstrações financeiras trimestrais, *pro forma*, e, se for o caso, consolidada, refletindo a operação realizada, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros.

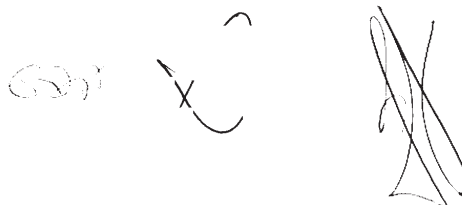
VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

O Agente Fiduciário declara neste ato que:

não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;



- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- V. verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- VIII. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IX. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- X. esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.

O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irrevogável, a indenizar os debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.2 acima.

- 8.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar os debenturistas, tão logo tenha conhecimento, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das

Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembleia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.4.6 abaixo.

Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora.

- 8.4.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

- 8.4.6 O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembleia geral de debenturistas a que se refere a Cláusula 8.4 acima não delibere sobre a matéria.

A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, averbado na Junta Comercial do local de registro desta Escritura de Emissão, conforme previsto no artigo 5º da Instrução CVM n.º 28/83.

- 8.4.8 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.25 acima.

- 8.4.9 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua

GDM





substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

8.4.10 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.5 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- I. parcela única de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), a título de implantação da operação, devida em 16 de setembro de 2004, observado o disposto no inciso II abaixo:
- II. parcelas trimestrais de R\$5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) cada, sendo que a primeira parcela trimestral será no valor de R\$3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais), devido ao desconto da parcela única a que se refere o inciso I acima;
- III. ao valor da remuneração serão acrescidos os tributos incidentes sobre os honorários (Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, contribuição para o Plano de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins) às alíquotas vigentes na data dos respectivos pagamentos, bem como quaisquer outros que venham a incidir diretamente sobre a referida remuneração;
- IV. o valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGPM, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;
- V. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- VI. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- VII. na hipótese de ocorrer o cancelamento das Debêntures antes da Data de Vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vincendas



serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;

- VIII. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da sua função, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação; e
- IX. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no inciso V acima.

Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam consideradas necessárias em base razoável, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas.

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, caso venham a ser constituídas, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.8 Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- IV. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso V da Cláusula 8.2 acima;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso VI da Cláusula 8.2 acima, bem como pelo disposto na Cláusula 5.8.1 acima;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- X. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XI. convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de debenturistas;
- XII. comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da realização da assembléia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de debenturistas;
- XIII. elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o

inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;
cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XIV. disponibilizar aos debenturistas o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (c) na CVM;
na CETIP e na Bovespa; e
- (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

XV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.25 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;

manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLC, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a CBLC, a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;

XVII. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas da Emissora e informações públicas;

notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data que tiver ciência do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) à CETIP e à Bovespa; e
- (c) à Emissora; e

XX custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto nas Cláusulas 8.5, 8.6 e 8.7 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

8.9 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;

- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, ou, se for o caso, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.9 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de todas as Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.9 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

IX

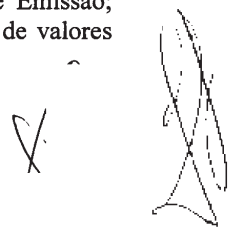
DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembléia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidência da assembléia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de valores



previstos nesta Escritura de Emissão; ou (d) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum deliberação em qualquer assembléia de debenturistas, além do disposto no item (i), também serão excluídos os votos em branco.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.

- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

X DAS DECLARAÇÕES

A Emissora neste ato declara que

- é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais contratos relacionados às Debêntures e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, não comprometem a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário pela Emissora e não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras, diretas ou indiretas) seja parte,

ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- V. os prospectos e suplementos preliminares (se for o caso) e definitivos (em conjunto, "Prospectos") (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades da Emissora; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;
- VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003 e aos períodos encerrados em 30 de junho de 2003 e 2004 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. ressalvadas as obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

- X. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, inexistente, em seu melhor conhecimento, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou em suas atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão: e
- XI não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.
10. 1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo Coordenador Líder em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
10. 2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

XI
DAS DESPESAS

1. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

XII
DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII
DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

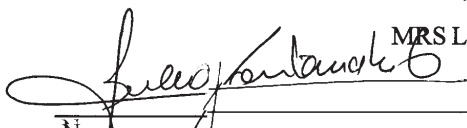

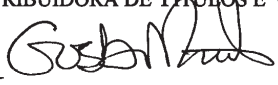
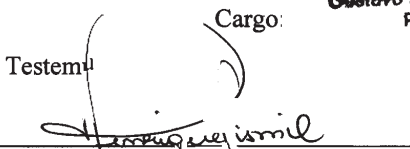
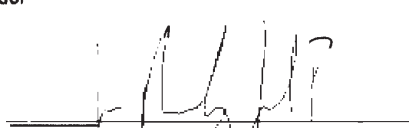
A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

XV DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2004

MRS LOGÍSTICA S.A.	
 Nome: JULIO FONTANA NETO Cargo: Diretor Presidente	 Nome: HENRIQUE ACHÉ PILLAR Cargo: Diretor Financeiro, de Desenvolvimento e Relações com Investidores
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	
 Nome: Gustavo Dezouart T. Pinto Cargo: Procurador	
Testem:  Nome: Carlos Henrique Correa Siamit Id.: 0.896.377-68 CPF/MF: IFP 9509185-4	 Nome: Caio Rodrigues Leal Pinto Id.: RG 10853980-0 IFP/RJ CPF/MF: CPF 087.739.077-07